

7ª edição

GUSTAVO RIBEIRO ROCHA
JOSÉ MARIA ROCHA FILHO

curso de

DIREITO COMERCIAL

teoria geral da empresa, direito
societário, títulos de crédito, falência
e recuperação de empresas

atualizada conforme a
Lei n. 13.874/2019
(Lei da Liberdade Econômica)

+ exercícios de fixação

2020

curso de

DIREITO

COMERCIAL

7ª edição

GUSTAVO RIBEIRO ROCHA
JOSÉ MARIA ROCHA FILHO

curso de

DIREITO COMERCIAL

teoria geral da empresa, direito
societário, títulos de crédito, falência
e recuperação de empresas

atualizada conforme a
Lei n. 13.874/2019
(Lei da Liberdade Econômica)
+ exercícios de fixação

2020



Copyright © 2014, D'Plácido Editora.
Copyright © 2014, Gustavo Ribeiro Rocha.
Copyright © 2014, José Maria Rocha Filho.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini
(Imagem via Unsplash)

Diagramação
Christiane Morais de Oliveira
Bárbara Rodrigues
Letícia Robini
Enzo Zaqueu Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

ROCHA, GUSTAVO RIBEIRO; ROCHA FILHO, JOSÉ MARIA.

Curso de Direito Comercial - teoria geral da empresa, direito societário,
títulos de crédito, falência e recuperação de empresas -- 7. ed. -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2020.

768 p.

ISBN: 978-85-60519-65-1

1. 1. Direito 2. Direito Comercial 3. Manual I. Título II. Direito Comercial III.
José Maria Rocha Filho; Gustavo Ribeiro Rocha.

CDU347

CDD342.2

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Ao Professor Jorge Lasmar,
Amigo e grande incentivador deste trabalho.

Aos meus pais,
José Maria da Rocha (*in memoriam*)
e Manoela Rodrigues Rocha (*in memoriam*).

À Elaine, minha esposa, e aos nossos
filhos: Gustavo, Pauline e Nicole.

Aos meus pais, Elaine e José Maria. Neste momento, registro
uma gratidão especial a ele, pela honrosa oportunidade
de concretizarmos, em conjunto, este novo projeto.

À Anita, minha esposa, e aos nossos filhos: Vitor e Clara.

NOTA DOS AUTORES

Inspira este trabalho, primordial e essencialmente, o anelo de servir. Tanto ao primeiro quanto ao segundo autor.

E ao encetá-lo, recordou-se o primeiro, com gratidão, dos muitos e magníficos ensinamentos do grande humanista e pensador argentino, *Carlos Bernardo González Pecotche*.

Dentre eles, o que adverte ser “a liberdade de pensar a mais sagrada de todas as liberdades”, sendo necessário, para alcançá-la, “trocar o *crer* pelo *saber*”. Ensinou-lhe assim aquele Mestre que “a única concessão possível ao ato de crer é a que espontaneamente surge como antecipação do saber.”

É dizer: “só deve ser admitido aquilo que ainda não se conhece, mas apenas pelo tempo necessário e suficiente para sua verificação *pela própria razão e sensibilidade*”. Por outras palavras, saber é o resultado da “experimentação do que se estuda e estudo do que se experimenta”.

Pensar... Eis a lição, válida para qualquer classe ou hierarquia de conhecimento que se queira alcançar.

Assim, ao se fazer, para ele, a possibilidade de colaborar na formação de novos profissionais do Direito, ocorreu-lhe oferecer-lhes um modelo teórico e, ao mesmo tempo, dar-lhes uma orientação prática. Era a forma de fazê-los pensar. Era a forma de convidá-los a fazer esforços mais proveitosos. Era a forma de convidá-los a comprovar, por si mesmos, o que o professor evidenciava à sua razão; era a forma de estimulá-los a adquirir sua própria experiência.

Recordou-se nesta altura, também com gratidão, da lição do grande jurista mineiro *Amílcar de Castro*: “o melhor lente nem sempre é o mais culto e sim o que se mostra bom intermediário entre os livros e os alunos, sabendo transmitir facilmente a estes o que naqueles for selecionado com paciência e consciência”.

Assim, então, orientou, tanto quanto possível, de 1986 a 2011, o intercâmbio com seus alunos da Faculdade de Direito Milton Campos.

Aqui, portanto, nada mais que a reprodução – enriquecida agora pelo segundo autor, que o substituiu naquela Faculdade – desse intercâmbio de informações sobre o Direito Comercial, com vistas a colaborar com todos que, de uma forma ou de outra, trilharam os mesmos caminhos.

O objetivo, poder-se-á ver, foi – e continua sendo – o de tentar abrir o entendimento de cada um, para que a informação possa ser efetivamente captada, assimilada e, por fim, usada criativamente.

E aos que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a oportunidade de desenvolver esta obra, nossa eterna gratidão.

Os Autores.

SUMÁRIO

PREFÁCIO HISTÓRICO, DE 2004..... 25

ADVERTÊNCIA..... 27

Capítulo 1

HISTÓRIA DO DIREITO COMERCIAL – UM BREVE RELATO 29

1. INTRODUÇÃO..... 31
2. ABRANGÊNCIA DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL..... 32
3. CONCEITO DE COMÉRCIO..... 36
4. EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL..... 39
5. DIVISÃO DO DIREITO PRIVADO..... 49
6. OBJETO DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL..... 51
7. FONTES DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL..... 52
8. USOS E COSTUMES COMERCIAIS..... 54
9. TRANSCRIÇÃO DO ASSENTAMENTO DO USO E COSTUME
RELATIVO AO CHEQUE VISADO, FEITO PELA JUNTA COMERCIAL
DO ESTADO DE MINAS GERAIS..... 56
10. PARTICULARIDADES DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL..... 57
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO..... 58

Capítulo 2

COMO UTILIZAR O CÓDIGO COMERCIAL E A LEGISLAÇÃO ESPARSA 59

1. UMA PEQUENA ADVERTÊNCIA..... 61
2. COMO SE LÊ UM LIVRO..... 61
3. ESTRUTURA DO CÓDIGO COMERCIAL..... 61

Capítulo 3

A TEORIA DOS ATOS DE COMÉRCIO versus A TEORIA DA EMPRESA 65

1. INTRODUÇÃO.....	67
2. SISTEMAS LEGISLATIVOS.....	72
3. ATIVIDADE MERCANTIL E ATIVIDADE CIVIL – DIFERENÇA.....	73
4. SITUAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA, DA FIRMA INDIVIDUAL E DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	77
5. EMPRESAS CIVIS/SOCIEDADES SIMPLES.....	79
6. EMPRESAS COMERCIAIS/SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	82
7. REGISTRO DE EMPRESAS.....	84
8. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DE COMÉRCIO.....	86
9. TEORIA DOS ATOS MISTOS OU BIFRONTES.....	86
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	87

Capítulo 4

EMPRESA, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE 91

1. INTRODUÇÃO.....	93
2. NOÇÃO JURÍDICA DE EMPRESA.....	93
3. ESPÉCIES DE EMPRESA.....	95
4. COMO CONCEITUAR A EMPRESA.....	96
5. PROJETO DE LEI SOBRE EMPRESA MERCANTIL.....	99
6. A MICROEMPRESA E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	105
7. CONCEITO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE: EVOLUÇÃO.....	106
8. NOVA E ATUAL SITUAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE E O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	112
9. MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO OU DESENQUADRAMENTO: SUGESTÃO.....	121
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	121

Capítulo 5

O EMPRESÁRIO 123

1. CONCEITO DE EMPRESÁRIO.....	125
2. ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO.....	126

3. CONCEITO DE COMERCIANTE.....	128
4. EMPRESÁRIO/COMERCIANTE - DIFERENÇA.....	129
5. REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA.....	129
5.1. Capacidade.....	130
5.2. Incapacidade.....	131
5.2.1. O menor empresário.....	132
5.2.2. Autorização para dar continuidade a uma empresa.....	135
5.2.3. O menor como sócio de sociedade.....	137
5.2.4. Os interditos.....	139
5.3. Impedidos de ser empresários.....	140
5.3.1. Alcance do Impedimento.....	141
5.3.2. Pode o falido exercer atividade empresarial?.....	144
5.3.3. O exercício de atividade empresarial pelo estrangeiro.....	145
5.4. O exercício da atividade empresarial pelo analfabeto.....	147
6. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI).....	148
6.1. Projeto de Lei, de 1991, sobre Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	148
6.2. Como ficou, no Brasil, a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).....	151
6.3. Sociedade individual de advogado.....	155
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	161

Capítulo 6

REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E REGISTRO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

167

1. INTRODUÇÃO.....	169
2. REGISTROS PÚBLICOS À DISPOSIÇÃO DOS EMPRESÁRIOS.....	169
3. O REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS.....	171
4. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS.....	172
4.1. O Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).....	172
4.2. A nova estrutura do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.....	172
4.3. As Juntas Comerciais.....	176
4.4. A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG).....	178

4.5. Questões judiciais - Competência para conhecimento.....	179
4.6. Efeitos e conteúdo do Registro Público de Empresas Mercantis.....	180
4.7. O regime sumário.....	180
4.8. Contrato social padrão.....	181
5. O REGISTRO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	181
5.1. O Código da Propriedade Industrial.....	183
5.2. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).....	183
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	184

Capítulo 7

ESCRITURAÇÃO MERCANTIL 187

1. INTRODUÇÃO.....	189
2. CONTABILIDADE E ESCRITURAÇÃO.....	189
3. MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO.....	190
3.1. O método das Partidas Simples.....	190
3.2. O método das Partidas Dobradas.....	191
4. A ESCRITURAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	191
5. OBRIGAÇÕES COMUNS A TODOS EMPRESÁRIOS E SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	193
6. O "SEGREDO DOS LIVROS".....	193
7. LIVROS COMERCIAIS.....	196
7.1. Livro obrigatório comum.....	196
7.2. Livros facultativos.....	197
7.3. Valor probante dos livros comerciais.....	197
7.4. Exibição judicial dos livros comerciais.....	198
7.5. Onde devem ser exibidos os livros comerciais.....	199
8. LIVROS FISCAIS.....	199
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	200

Capítulo 8

NOME EMPRESARIAL 203

1. INTRODUÇÃO.....	205
2. REGISTRO E PROTEÇÃO DO NOME EMPRESARIAL.....	205
3. NATUREZA JURÍDICA DO NOME EMPRESARIAL.....	207

4. ESPÉCIES DE NOME EMPRESARIAL.....	207
5. COMO SE FORMA UMA FIRMA OU RAZÃO COMERCIAL/EMPRESARIAL.....	208
5.1. Sistema da liberdade plena.....	208
5.2. Sistema da veracidade ou da autenticidade	209
5.3. Sistema das firmas derivadas ou eclético ou misto.....	212
6. COMO SE FORMA UMA DENOMINAÇÃO SOCIAL.....	213
7. NOMES DAS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS.....	215
8. DISTINÇÃO ENTRE FIRMA OU RAZÃO E DENOMINAÇÃO SOCIAL.....	218
9. VANTAGEM DA DENOMINAÇÃO SOCIAL.....	219
10. NOME HÍBRIDO.....	219
11. NOMES EMPRESARIAIS NÃO REGISTRÁVEIS.....	221
12. ALIENABILIDADE DO NOME EMPRESARIAL.....	222
13. "COLIDÊNCIA" DE NOMES EMPRESARIAIS.....	223
14. NOME EMPRESARIAL E MARCA: CONFLITO.....	224
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	229

Capítulo 9

MARCAS 231

1. INTRODUÇÃO.....	233
2. CONCEITO DE MARCA.....	233
3. ANÁLISE DA LEI N. 9.279/96 - ARTS. 122 A 182.....	233
3.1. Marca: onde usar e espécies.....	234
3.2. Formas de apresentação de uma marca.....	236
3.3. Quem pode pedir o registro de uma marca.....	237
3.4. O que pode ser registrado como marca.....	237
3.5. O que não pode ser registrado como marca.....	237
3.6. Requisitos básicos para o registro.....	240
3.7. Marcas procedentes do exterior.....	241
3.8. Pedido de registro de uma marca.....	241
3.9. Registro de marca figurativa ou mista – Uma exigência a mais.....	241
3.10. Onde se faz o registro de uma marca.....	243
3.11. Efeitos do registro da marca.....	243
3.12. Sistemas legislativos.....	244
3.13. Obrigações do titular da marca e perda dos direitos.....	244

3.14. Duração de um registro de marca ou de sua proteção.....	244
3.15. Cessão, alteração de nome e de endereço do titular e contrato de exploração de marca.....	244
3.16. Quando se perde um registro de marca.....	248
3.17. Nulidade do registro.....	249
3.18. Contrato de licenciamento de marca.....	250
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	256

Capítulo 10

ESTABELECIMENTO COMERCIAL E TÍTULO DE ESTABELECIMENTO 259

1. INTRODUÇÃO.....	261
2. ESTABELECIMENTO COMERCIAL.....	261
2.1. Conceito.....	261
2.2. Fundo de comércio, azienda e fundo de negócio.....	262
2.3. Composição do estabelecimento comercial.....	262
2.4. Natureza jurídica do estabelecimento comercial.....	264
2.5. Elementos do estabelecimento comercial.....	265
2.5.1. O capital.....	265
2.5.2. O trabalho.....	272
2.5.3. A organização.....	272
3. TÍTULO DE ESTABELECIMENTO.....	273
4. CONTRATO DE ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	274
4.1. Modelo de contrato de alienação do estabelecimento.....	278
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	281

Capítulo 11

INVENÇÕES, MODELOS E DESENHOS 283

1. INTRODUÇÃO.....	285
2. ANÁLISE DA LEI N. 9.279/96 - ARTS. 6º A 121.....	286
2.1. Autor da invenção ou do modelo de utilidade.....	286
2.2. O que é patenteável.....	287
2.3. Direito de Prioridade.....	288
2.4. Pedido de patente.....	288
2.5. Duração da patente.....	289

2.6. Proteção conferida pela Patente.....	290
2.7. Nulidade da patente.....	291
2.8. Cessão da patente.....	291
2.9. Licenças para exploração da patente.....	291
2.10. Patente de interesse da defesa nacional.....	292
2.11. Desapropriação de uma patente.....	292
2.12. Certificado de adição de invenção.....	292
2.13. Extinção da patente.....	293
2.14. Invenção e modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço.....	293
2.15. Desenho industrial.....	294
3. MODELO DE RELATÓRIO DESCRITIVO.....	296
4. MODELO DE CONTRATO PARA EXPLORAÇÃO DE PATENTE.....	298
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	301

Capítulo 12

CONCORRÊNCIA DESLEAL

305

1. INTRODUÇÃO.....	307
2. AVIAMENTO.....	307
3. CLIENTELA.....	307
4. AVIAMENTO E CLIENTELA – NATUREZA JURÍDICA.....	308
5. CESSÃO DA CLIENTELA.....	308
6. TIPOS DE CLIENTELA.....	309
7. CONCORRÊNCIA DESLEAL.....	310
7.1. Um breve histórico.....	310
7.2. Conceito de concorrência desleal.....	311
7.3. A concorrência desleal no Brasil.....	311
7.4. Atos de concorrência desleal.....	312
7.5. Medidas legais para combater a contrafação.....	316
8. CONVENÇÕES DE NÃO-CONCORRÊNCIA.....	318
8.1. Convenções lícitas.....	318
8.2. Convenções ilícitas.....	319
8.3. Convenções de exclusividade.....	319
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	320

1. CONCEITO DE SOCIEDADE	323
2. O SIGNIFICADO JURÍDICO DA PALAVRA "SOCIEDADE"	323
3. CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES.....	324
3.1. Segundo a responsabilidade dos sócios.....	325
3.2. Segundo a personificação.....	325
3.3. Segundo a forma do capital.....	326
3.4. Segundo a estrutura econômica.....	326
4. SOCIEDADE REGULAR E SOCIEDADE IRREGULAR OU EM COMUM.....	327
4.1. Sociedade regular ou de direito.....	327
4.2. Sociedade irregular, de fato ou em comum.....	327
5. SOCIEDADES SIMPLES	328
6. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS - CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	336
6.1. Sociedade em comandita simples.....	336
6.2. Sociedade em nome coletivo.....	337
6.3. Sociedade em conta de participação.....	337
6.4. Sociedade em comandita por ações.....	337
6.5. Sociedade anônima.....	338
6.6. Sociedade limitada.....	338
7. FORMAÇÃO DA SOCIEDADE	341
7.1. Teorias anticontratalistas.....	343
7.2. Teorias contratualistas.....	344
7.3. Teoria institucionalista.....	345
8. A PERSONALIDADE JURÍDICA.....	346
8.1. Efeitos da aquisição da personalidade jurídica.....	347
8.2. Pessoa jurídica.....	348
8.3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	348
9. CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA.....	365
9.1. Introdução.....	365
9.2. Elementos comuns.....	365
9.3. Elementos específicos.....	366
9.4. Estrutura do contrato social.....	367

9.5. Constituição de uma sociedade anônima.....	369
10. O CAPITAL SOCIAL.....	373
10.1. Natureza jurídica da contribuição dos sócios.....	373
10.2. Intangibilidade do capital social.....	377
10.3. Do aumento e diminuição do capital social.....	378
11. A MAIORIA DE CAPITAL SOCIAL E A ALTERAÇÃO DO CONTRATO.....	379
11.1. Do abuso do direito de voto.....	382
12. A CONDIÇÃO DE SÓCIO.....	385
12.1. Aquisição da qualidade de sócio.....	385
12.2. Amplitude da responsabilidade do sócio.....	386
12.3. Do Acionista Controlador.....	390
12.4. Do acordo de sócios.....	393
12.5. Resolução da sociedade em relação ao sócio e dissolução parcial da sociedade.....	394
12.5.1. Data-base para apuração dos haveres.....	401
13. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.....	403
13.1. A Administração da Sociedade Anônima.....	406
14. SOCIEDADE ENTRE CÔNJUGES.....	430
15. QUOTA SOCIAL.....	431
15.1. Natureza jurídica.....	431
15.2. Cessão de quotas.....	432
15.3. Penhora de quotas.....	433
15.4. Penhor de quotas.....	434
15.5. Quotas sem valor nominal.....	435
15.6. Quotas preferenciais.....	435
15.7. Aquisição de quotas pela própria sociedade.....	436
16. AÇÕES E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS.....	437
16.1. Ações.....	438
16.2. Transferência de ações.....	440
16.2.1. Aquisição de ações pela própria Companhia.....	442
16.3. Direitos que as ações conferem.....	443
16.4. Outros valores mobiliários.....	444
16.4.1. Debêntures.....	444
16.4.2. Partes Beneficiárias.....	445

16.4.3. Bônus De Subscrição.....	446
17. ENCERRAMENTO TEMPORÁRIO DAS ATIVIDADES.....	446
17.1. Previsão legal.....	446
17.2. Aplicação prática.....	447
18. TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	447
19. SOCIEDADES COLIGADAS, CONTROLADORAS E CONTROLADAS.....	449
20. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	452
20.1 O caso CEMIG.....	453
21. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DE UMA SOCIEDADE.....	455
22. COMO FAZER O REGISTRO DE UM EMPRESÁRIO E DE UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA.....	459
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	459

Capítulo 14

HISTÓRIA DO DIREITO CAMBIAL - UM BREVE RELATO 471

1. O CRÉDITO E OS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	473
2. ELEMENTOS COMUNS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	475
3. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	479
3.1. A Lei Uniforme de Genebra e o Decreto n. 2.044/1908.....	480
3.1.1. Das reservas adotadas no Brasil.....	480
4. CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	483
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	484

Capítulo 15

DECLARAÇÕES CAMBIÁRIAS 487

1. INTRODUÇÃO.....	489
2. DECLARAÇÕES NECESSÁRIAS E EVENTUAIS.....	489
2.1. Saque ou emissão.....	489
2.2. Aceite.....	489
2.3. Endosso.....	492
2.3.1. Modalidades.....	494
2.3.2. Responsabilidade do endossante.....	499
2.4. Aval.....	502

2.4.1. Aval e fiança.....	504
2.4.2. Aval antecipado	505
2.4.3. Aval parcial.....	506
2.4.4. Aval posterior ao vencimento.....	506
2.4.5. Aval simultâneo e sucessivo.....	507
2.4.6. Responsabilidade e direito do avalista.....	508
2.4.7. Aval no Código Civil.....	511
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	512

Capítulo 16

VENCIMENTO E PAGAMENTO 517

1. VENCIMENTO.....	519
1.1. Vencimento ordinário.....	519
1.2. Vencimento extraordinário.....	520
2. PAGAMENTO.....	521
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	523

Capítulo 17

PROTESTO CAMBIAL 525

1. CONCEITO.....	527
2. EFEITOS	528
3. PROCEDIMENTO.....	529
4. DA CLÁUSULA “SEM PROTESTO” OU “SEM DESPESAS”.....	531
5. PROTESTO PARA FINS FALIMENTARES.....	531
6. SUSTAÇÃO E CANCELAMENTO DO PROTESTO.....	533
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	534

Capítulo 18

DA AÇÃO CAMBIAL 537

1. DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	539
1.1. Do prazo prescricional.....	541
2. DA COBRANÇA EXTRACAMBIÁRIA.....	543
2.1. Da ação monitória.....	543

2.2. Da ação de enriquecimento sem causa (locupletamento).....	546
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	547

Capítulo 19

LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA 549

1. INTRODUÇÃO.....	551
2. LETRA DE CÂMBIO.....	551
2.1. Requisitos da letra de câmbio.....	552
2.2. O sacado.....	555
3. NOTA PROMISSÓRIA.....	555
3.1. Requisitos da nota promissória.....	555
3.2. O emitente.....	558
3.3. Nota promissória vinculada a contrato.....	559
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	560

Capítulo 20

CHEQUE 565

1. INTRODUÇÃO.....	567
2. REQUISITOS DO CHEQUE.....	568
3. DECLARAÇÕES CAMBIAIS.....	570
4. MODALIDADES.....	572
5. APRESENTAÇÃO E PAGAMENTO.....	573
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	575

Capítulo 21

DUPLICATA 579

1. INTRODUÇÃO.....	581
2. REQUISITOS DA DUPLICATA.....	584
3. INTERVENIENTES.....	587
4. DO VENCIMENTO.....	588
5. DO PROTESTO E DA COBRANÇA.....	588
6. DUPLICATA SIMULADA (FRIA).....	591
7. DUPLICATA ESCRITURAL.....	593
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	596

Capítulo 22
HISTÓRIA DO DIREITO FALIMENTAR
BRASILEIRO – CONCEITOS PRELIMINARES **599**

1. HISTÓRICO.....	601
2. CONCEITOS PRELIMINARES.....	604
2.1. Noção jurídica de empresa e de empresário.....	604
2.2. Noção básica da falência.....	607
2.3. Noção básica da recuperação.....	608
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	609

Capítulo 23
DISPOSIÇÕES COMUNS À FALÊNCIA E À RECUPERAÇÃO **611**

1. HISTÓRICO.....	613
2. JUÍZO COMPETENTE.....	613
3. ÓRGÃOS COMUNS.....	615
3.1. O Juiz.....	616
3.2. O Ministério Público.....	617
3.3. O Administrador Judicial.....	617
3.4. O Comitê de Credores.....	622
3.5. A Assembleia-Geral de Credores.....	624
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	628

Capítulo 24
DA FALÊNCIA **633**

1. FINALIDADES DA FALÊNCIA.....	635
2. NATUREZA JURÍDICA DA FALÊNCIA.....	639
3. FASES DO PROCESSO FALIMENTAR.....	640
3.1. Fase preliminar.....	640
3.2. Fase de sindicância, informativa ou investigatória.....	641
3.3. Fase de liquidação.....	641
4. SUJEITO PASSIVO DA FALÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO.....	641
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	649

Capítulo 25

O PROCESSO FALIMENTAR – FASE PRELIMINAR 651

1. INTRODUÇÃO.....	653
2. PRESSUPOSTOS DA FALÊNCIA.....	653
2.1. Condição empresarial do devedor.....	653
2.2. Estado de insolvência ou impontualidade.....	653
2.3. Decretação judicial da falência.....	657
2.3.1 Dos recursos	660
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	662

Capítulo 26

DO PROCESSO DE FALÊNCIA – FASE DE SINDICÂNCIA 667

1. INTRODUÇÃO.....	669
2. DA INABILITAÇÃO PARA SER EMPRESÁRIO, EM RAZÃO DA FALÊNCIA.....	669
3. DOS DEVERES DO FALIDO.....	672
4. EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR.....	673
4.1. Efeitos da falência quanto ao patrimônio da falida.....	675
4.1.1. Da ação restitutória e dos embargos de terceiros.....	677
4.2. Efeitos da falência quanto aos contratos da falida.....	683
4.3. Dos atos ineficazes.....	690
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	695

Capítulo 27

DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS 697

1. INTRODUÇÃO.....	699
2. DOS CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS.....	699
3. DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....	701
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	711

Capítulo 28

DO PROCESSO FALIMENTAR - FASE DE LIQUIDAÇÃO 713

1. INTRODUÇÃO.....	715
2. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO	715

3. DO PAGAMENTO DO PASSIVO.....	719
4. DO ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	720
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	724
Capítulo 29 DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	727
<hr/>	
1. INTRODUÇÃO.....	729
2. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	729
3. FASE POSTULATÓRIA.....	731
3.1. Requisitos para o requerimento da recuperação.....	731
3.2. Da legitimação ativa e deferimento do pedido.....	733
4. FASE DELIBERATIVA.....	736
4.1. Do plano de recuperação judicial.....	736
5. FASE EXECUTÓRIA.....	746
6. CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA.....	748
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	749
Capítulo 30 DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	751
<hr/>	
1. INTRODUÇÃO.....	753
2. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	753
3. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	754
3.1. Homologação facultativa.....	754
3.2. Homologação obrigatória.....	755
4. CREDORES NÃO ABRANGIDOS PELA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	756
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO.....	756
REFERÊNCIAS	759
<hr/>	
SOBRE OS AUTORES	767
<hr/>	

PREFÁCIO HISTÓRICO, DE 2004

O Professor José Maria Rocha Filho está entre os que foram meus melhores alunos na Faculdade de Direito da UFMG. Atento e dedicado, sempre demonstrou grande prazer em estudar Direito Comercial, deste tendo uma visão como poucos têm. Foi por isso que, trazendo para o livro sua larga experiência no trato da matéria, sua obra cresce e valoriza-se, principalmente pela segurança que nos oferece.

O tratamento que ele dá à disciplina busca esclarecer que a unificação legislativa ditada pelo Código Civil brasileiro não tirou, de forma alguma, a autonomia do Direito Comercial que, diante dos princípios da disciplina mercantil, o Direito Civil ditado pela Comissão elaboradora do novo Código Civil não conseguiu chegar a uma unificação que consideramos impossível. É que não houve unificação lógica, didática e nem científica. E unificação legislativa não tem sentido em um Código. Por que, então, não introduziram, para economizar tempo, normas do Direito Penal, do Direito Administrativo, do Direito do Trabalho e outras? Foi por isso que o Autor chama de Direito Comercial/Empresarial a disciplina. Acertadamente, como também entendemos, esclareceu que a pretensão da Comissão elaboradora do anteprojeto do Código Civil não conseguiu, e achamos que não conseguirá, acabar com a autonomia do Direito Comercial. Entendemos, até, que aquela Comissão repudiou as seculares expressões conhecidas como comércio, comercial, comerciante e mercantil. Na ânsia de apresentar uma novidade, a Comissão elaboradora do anteprojeto copiou o *Codice Civile* italiano de 1942, nascido sob a influência de Mussolini, ditador que odiava os comerciantes e a atividade mercantil por eles exercida.

Quando trata das fontes do Direito Comercial/Empresarial, o Autor indaga se o Direito Civil é ou pode ser considerado como fonte do Direito Comercial. A resposta ele próprio dá de forma inteligente, negando o fato. Disse ele ser negativa a resposta, pois “muito embora haja quem diga seja ele (o Direito Civil) fonte subsidiária, secundária, pelo fato de suprir as lacunas ou omissões do Direito Comercial, que é fragmentário”, tal entendimento não lhe parece correto. Com bastante segurança explica: “Ademais, como direito comum, o Direito Civil se aplica a *todas* as relações de direito privado, quando não for

afastado pelas regras do direito especial, ainda que estabelecidas ao lado das regras civis. São elas que definem o que é matéria comercial/empresarial, a ela (matéria comercial/empresarial) se aplicando com exclusividade”.

Tratando de assuntos relacionados com assentamento dos usos e costumes, ele é perfeito, pela experiência adquirida como Superintendente de Registro do Comércio e Procurador da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

O livro é em tudo didático e o Autor, por isso mesmo, procura utilizar-se de uma linguagem própria para compreensão daqueles que se iniciam no estudo da matéria. A fim de evitar confusão com a linguagem do Código Civil, ele se esforça no estudo das sociedades mercantis e firmas individuais, penetrando no estudo das empresas civis e sociedades simples, das empresas comerciais e sociedades empresárias e, principalmente, do registro de empresas. Para melhorar os estudos, apresenta ao final de cada capítulo o que chama de “exercício para fixação”. Com isto, formula uma série de perguntas para que o estudioso possa responder. Basta treinar que a fixação ocorrerá.

Mas são importantes suas lições sobre a participação na atividade mercantil do menor, do incapaz, do proibido, do falido e do estrangeiro. Seus esclarecimentos são em tudo muito seguros. Não se descuidou de apresentar modelos do texto de Projeto de Lei, regulamentando atividade mercantil, como o Projeto de Lei sobre Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

O livro dá um excelente tratamento à Propriedade Industrial, abordando as invenções, desenhos e modelos registráveis. Orienta muito bem sobre patente, sua proteção, nulidade, cessão, licenças e tudo mais que diz respeito a tal instituto jurídico. Não esqueceu o Autor de tratar da concorrência desleal, do aviamento e da clientela.

Por fim, trata das sociedades, sua classificação, formação, sociedade regular e irregular, sociedades empresárias, formação das sociedades, seus contratos, sociedades coligadas, controladoras e controladas, bem assim da transformação, fusão e cisão de sociedades empresárias. Se as sociedades foram criadas, tratou finalmente da dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

Não temos dúvida em recomendar este livro a todos aqueles que querem aprofundar nos conceitos gerais do Direito Comercial, fazendo uma distinção dos princípios puros da ciência comercial daquilo que o novo Código Civil pretende, sem alcançar. Então, este livro é em tudo útil aos que não têm maior experiência no trato da matéria comercial.

*Wille Duarte Costa*¹

¹ Doutor em Direito Comercial pela UFMG. Do Instituto Brasileiro de Direito Comercial Comparado e Biblioteca Tullio Ascarelli, da USP.

ADVERTÊNCIA

Com o advento da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil brasileiro e que entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, surgiu o pensamento de que houve a unificação dos Direitos Civil e Comercial e que este último passou a se chamar, a partir de então, Direito Empresarial. Não nos incluímos entre os que assim pensam. Primeiro, porque não existiria razão para se ter dois nomes distintos – Direito Civil e Direito Empresarial –, se a unificação tivesse mesmo acontecido. Segundo, porque se fez apenas uma *unificação legislativa*, que é uma opção do legislador e que não traz como consequência a perda da autonomia jurídica, pelo Direito Comercial. Ademais, essa unificação, além de ser apenas legislativa, abrange só uma pequena parte do Direito Comercial brasileiro, a que, na Lei n. 10.406, citada, se chamou “Direito de Empresa”. Por isso, não vemos motivo para se trocar o nome “Direito Comercial” por “Direito Empresarial”. Como se poderá constatar, no decorrer deste curso, o Direito Comercial não perdeu sua peculiar autonomia e nem se pôs fim, no Brasil, com o atual Código Civil, à divisão do Direito Privado. Assim e apesar de, na grande maioria das grades escolares, ter-se operado a mudança, continuaremos a tratar essa ciência pelo seu nome original e tradicional – Direito Comercial –, que transmite, sem dúvida alguma, uma ideia muito mais palpável, concreta, de seu conteúdo. Isso não significa, porém, que não poderemos introduzir no texto o vocábulo “empresarial”. Faremos isso sim; e se não o fizéssemos, desatenderíamos, com certeza, orientações de cunho didático.

curso de

DIREITO COMERCIAL

TEORIA GERAL DA EMPRESA, DIREITO SOCIETÁRIO, TÍTULOS DE CRÉDITO, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

HISTÓRIA DO DIREITO COMERCIAL – UM BREVE RELATO | COMO UTILIZAR O CÓDIGO COMERCIAL E A LEGISLAÇÃO ESPARSA | A TEORIA DOS ATOS DE COMÉRCIO *VERSUS* A TEORIA DA EMPRESA | EMPRESA, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE | O EMPRESÁRIO | REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E REGISTRO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL | ESCRITURAÇÃO MERCANTIL | NOME EMPRESARIAL | MARCAS | ESTABELECIMENTO COMERCIAL E TÍTULO DE ESTABELECIMENTO | INVENÇÕES, MODELOS E DESENHOS | CONCORRÊNCIA DESLEAL | SOCIEDADE SIMPLES E SOCIEDADES EMPRESÁRIAS | HISTÓRIA DO DIREITO CAMBIAL – UM BREVE RELATO | DECLARAÇÕES CAMBIÁRIAS | VENCIMENTO E PAGAMENTO | PROTESTO CAMBIAL | DA AÇÃO CAMBIAL | LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA | CHEQUE | DUPLICATA | HISTÓRIA DO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO – CONCEITOS PRELIMINARES | DISPOSIÇÕES COMUNS À FALÊNCIA E À RECUPERAÇÃO | DA FALÊNCIA | O PROCESSO FALIMENTAR – FASE PRELIMINAR | DO PROCESSO DE FALÊNCIA – FASE DE SINDICÂNCIA | DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS | DO PROCESSO FALIMENTAR – FASE DE LIQUIDAÇÃO | DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL | DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

INDICADO PARA OS CURSOS:

direito | administração de empresas | ciências contábeis

RECOMENDADO A:

alunos | professores | profissionais



ISBN XXXXXXXXX